



## Questões das provas da Magistratura referentes à matéria de Direito Tributário

Prova de 13 de outubro de 2002

**1ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

O imposto, de competência municipal, sobre a transmissão de bens imóveis e direitos a eles relativos não incide:

- a) na transmissão do domínio útil;
- b) na dação em pagamento;
- c) no usucapião;
- d) na primeira aquisição da casa própria;
- e) na instituição de usuário convencional.

**2ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

Os serviços de composição gráfica incluídos na lista anexa ao Decreto-lei n. 406/68 e alterações posteriores, quando sua prestação envolve o fornecimento de mercadorias, estão sujeitos ao

- a) ICMS;
- b) ISQN;
- c) ICMS e ITBI;
- d) ISQN e ICMS;
- e) ICMS e IOF.

**3ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

Para assegurar a função social da propriedade, poderá ser progressivo o:

- a) IPVA;



- b) IPTU;
- c) ISS;
- d) ITBI;
- e) ITR.

**4ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

Qual das espécies abaixo **NÃO** é TRIBUTO

- a) empréstimo compulsório;
- b) taxa;
- c) contribuição de melhoria;
- d) tarifas;
- e) contribuições previdenciárias.

**5ª Questão:** Assinale a alternativa que só contiver tributos de competência dos Estados, Distrito Federal e Municípios:

- a) Imposto de renda, IPI, IPVA, ICMS e IOS.
- b) Imposto sobre grandes fortunas, IPI, IOS, contribuições sociais e ITBI.
- c) ICMS, IPVA, ISS, IPTU, ITBI, Imposto “causa mortis” - contribuições previdenciárias de seus servidores.
- d) ICMS, IPVA, IPI, ITR, imposto sobre grandes fortunas, contribuições sociais de intervenção no domínio econômico.
- e) IPI, ITR, impostos sobre o comércio exterior, imposto sobre grandes fortunas, ISS e IPTU.

**GABARITO:**

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>
C	B	B	D	C



## Prova de 27 de abril de 2003

### **1ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

A competência tributária da União, Estados, Distrito Federal e Municípios é definida na:

- a) Constituição Federal, exclusivamente.
- b) Leis Complementares Federais, exclusivamente.
- c) Constituição Federal e Emendas Constitucionais.
- d) Leis Complementares Federais, Leis Ordinárias, Medidas Provisórias, Decretos, Regulamentos e Convênios.
- e) Constituição Federal, Leis Complementares, Emendas Constitucionais, Medidas Provisórias e Leis Ordinárias.

### **2ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

Em caso de crédito tributário resultante de ato praticado com excesso de poderes por Diretor de pessoa jurídica de Direito Privado:

- a) A responsabilidade é da empresa, pois ela responde pelos atos praticados por seus dirigentes ou representantes.
- b) O Diretor responde subsidiariamente.
- c) O Diretor responde solidariamente com a empresa.
- d) É da empresa a responsabilidade pois esta independe da intenção do agente ou responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.
- e) O Diretor responde pessoalmente.

### **3ª Questão:** Examine as seguintes proposições.



- I - Na prestação de serviço de composição gráfica personalizada sob encomenda, envolvendo fornecimento de mercadorias, incide o I.C.M.S. e não o I.S.S.
- II- O Município pode por Decreto atualizar o valor monetário do I.P.T.U. em índice inferior ao índice oficial de correção monetária.
- III- O imposto "*causa mortis*" é devido pela alíquota vigente ao tempo da abertura da sucessão.
- IV- Na venda pelo segurador de bens salvados de sinistro, incide o I.C.M.S.
- V- O I.S.S. não incide na operação de arrendamento mercantil de coisas móveis.

Assinale a alternativa **correta**.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Apenas as alternativas I e V estão corretas.
- c) Estão corretas as alternativas II, III e IV.
- d) Apenas as alternativas I e III estão corretas.
- e) Apenas as alternativas IV e V estão corretas.

**4ª Questão:** Examine as seguintes proposições.

- I- ajuizamento de Ação Anulatória ou Declaratória Negativa de Dívida Fiscal suspende a exigibilidade do crédito tributário independente de depósito prévio.
- II- Somente a concessão de Liminar em Mandado de Segurança independentemente do depósito suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- III- A concessão de Tutela Antecipada não suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- IV- É inconstitucional a Lei que condiciona ao prévio depósito integral do débito tributário, a admissibilidade de reclamações administrativas e respectivos recursos destinados a desconstituí-lo na órbita administrativa.



V- Não constitui pressuposto da Ação Anulatória de débito fiscal o depósito de que trata o art. 38 da Lei n.º 6.830/80.

Assinale a alternativa **correta**.

- a) As proposições I e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- c) Apenas as proposições III e IV estão corretas.
- d) As proposições III, IV e V estão corretas.
- e) Somente as proposições IV e V estão corretas.

**5ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

O crime de sonegação fiscal é ação ou omissão, tipificada em Lei, que:

- a) Pode ter a punibilidade extinta se o agente promover o recolhimento do tributo devido, antes de iniciada a ação na esfera administrativa.
- b) Se configura, independentemente do dolo ou intenção do agente de lesar o Erário Público.
- c) Assim se configura se praticada, tanto com dolo como com culpa (imprudência, negligência ou imperícia).
- d) Não se pode estender aos cúmplices ou co-autores, em razão de sua personalidade.
- e) Estende-se às pessoas jurídicas, desde que nele estejam implicados seus diretores e sócios.

**GABARITO:**

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>
C	E	C	E	A



## Prova de 15 de fevereiro de 2004

### **1ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

Compete a lei complementar da União:

- a) A definição de todos os fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes de todos os tributos.
- b) A definição de fatos geradores, bases de cálculo, alíquotas e contribuintes de todos os impostos.
- c) A definição dos fatos geradores, bases de cálculo, alíquotas e contribuintes das contribuições especiais.
- d) A definição dos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes dos impostos previstos na Constituição.
- e) A definição de bases de cálculo, contribuintes e alíquotas de todas as taxas e contribuições de melhoria.

### **2ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

A edição de medida provisória que implique em instituição ou majoração de impostos é permitida somente:

- a) Nas hipóteses dos artigos 153, I, II, IV, V e 154, II, da Constituição Federal, produzindo efeitos imediatos.
- b) É permitida em qualquer hipótese, exceto nas previstas nos artigos 153, I, II, IV, V e 154, II, da Constituição Federal, produzindo efeitos imediatos.
- c) Em qualquer hipótese, se convertida em lei, em 30 (trinta dias).
- d) É vedada a edição de medida provisória em matéria tributária.
- e) É permitida, exceto nos casos previstos, no artigo 153, I, II, IV, V e 154, II, da Constituição Federal, só produzindo efeitos no exercício financeiro seguinte, se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.

**3ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**.

Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

- a) Propriedade predial e territorial urbana.
- b) Transmissão “inter vivos” a qualquer título por ato oneroso de bens.
- c) Sobre serviços de qualquer natureza excetuados os relativos a comunicação, transportes intermunicipais e interestaduais, ainda que as operações se iniciem no exterior.
- d) Sobre operações de venda a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, de energia elétrica e transportes internacionais.
- e) Compete ao município da situação do bem, através de lei complementar fixar as alíquotas máximas e mínimas dos serviços de qualquer natureza, excetuado os de transportes inter-municipais e interestaduais e comunicação, e excluir da sua incidência as operações de exportação para o exterior, bem como regular a forma e as condições de concessão e revogação do benefícios fiscais e isenções.

**4ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**.

O ICMS não incidirá:

- a) Sobre a entrada de mercadoria importada do exterior por pessoa física ou jurídica ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, assim como sobre serviço prestado no exterior.
- b) Sobre operações que se destine ao exterior referentes a produtos industrializados, excluídos os semi-elaborados, definidos em lei complementar.
- c) Sobre operações que se destina a outros Estados relativos a petróleo, lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos e derivados e energia elétrica.
- d) Sobre operações relativas a ouro, quando definido em lei, como ativo financeiro ou instrumento de câmbio.



- e) Não compreenderá na base de cálculo do ICMS o montante do IPI, relativo a operações entre contribuintes, referentes a produtos destinados à industrialização ou comercialização, quando configure fato gerador dos dois impostos.

**5ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

As contribuições pecuniárias compulsórias cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, tendo como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição, são denominados de:

- a) Impostos
- b) Preços públicos
- c) Taxas
- d) Tarifas
- e) Contribuição de melhoria

**GABARITO:**

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>
D	E	D	A	C

Prova de 2006

**1ª Questão:** O Código Tributário Nacional – CTN, quando trata da suspensão do crédito tributário e das certidões negativas disciplina:

- I. A moratória e o depósito do seu montante integral suspendem a exigibilidade do crédito tributário.



II. A suspensão da exigibilidade do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso.

III. A certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida dentro de 10 (dez) dias da data da entrada do requerimento na repartição.

IV. Tem os mesmos efeitos da certidão negativa a certidão que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

- a) Todas as proposições estão incorretas.
- b) Todas as proposições estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.
- e) Nenhuma das alternativas .

**2ª Questão:** Sobre decadência e prescrição dispõe o Código Tributário Nacional – CTN:

I. O prazo decadencial, que não se sujeita a suspensões ou interrupções, tem início na data do fato gerador, devendo o fisco efetuar o lançamento no prazo de cinco anos a partir dessa data.

II. O prazo prescricional ocorre após o prazo decadencial, e fica na dependência do tipo de lançamento para que se faça a contagem do quinquênio.

III. A decadência se interrompe pelo protesto judicial.

IV. A prescrição se interrompe por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor e por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Somente as proposições III e IV estão incorretas.
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Todas as proposições estão incorretas.



e) Nenhuma das alternativas.

**3ª Questão:** Assinale a alternativa correta.

- a) Para fins de Incidência do ISS nos serviços de assistência médica, devem ser deduzidos os valores relativos aos medicamentos e às diárias hospitalares.
- b) A garantia da anterioridade mínima, também chada de anterioridade nonagesimal, se aplica em cumulação à garantia da anterioridade geral ou de exercício, no que diz respeito à majoração da hipótese de incidência ou de base de cálculo do IPVA.
- c) Não se aplica a sucessão de empresas para fins de responsabilidade tributária, de filial ou unidade produtiva isolada, em processo de recuperação judicial, que tenha sido judicialmente alienada.
- d) O imóvel pertencente a entidade religiosa que esteja locada a terceiro, fica sujeita à incidência do IPTU enquanto perdurar a locação.
- e) Nos termos da legislação vigente a prescrição do crédito tributário se interrompe, no âmbito da execução fiscal, pela citação do devedor.

**GABARITO:**

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>
B	E	C

**Prova de 2007**

**1ª Questão:** De acordo com a Constituição da República, o ICMS incidirá:

- a) Nas prestações de serviços de comunicação, nas modalidades de radiodifusão sonora de sons e imagens de recepção livre e gratuita.
- b) Sobre operações relativas à energia elétrica.
- c) Sobre o ouro, quando definido em lei como ativo financeiro.



- d) Sobre operações que destinem mercadorias para o exterior.
- e) Sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados.

**2ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**, de acordo como o Código Tributário Nacional:

- a) A solidariedade tributária comporta benefício de ordem.
- b) A definição legal do fato gerador é interpretada considerando-se a validade jurídica dos atos praticados pelos contribuintes.
- c) As convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, podem ser opostas à Fazenda Pública.
- d) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre outorga de isenção.
- e) A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro, será feita, em qualquer caso, ao responsável pelo seu pagamento.

**3ª Questão:** Considere as seguintes assertivas:

- I. O parcelamento, o depósito parcial e a concessão de liminares em mandado de segurança suspendem a exigibilidade do crédito tributário.
- II. Pode-se compensar créditos tributários do sujeito passivo contra a Fazenda Pública, mediante aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, deferido através de medida liminar.
- III. A isenção e a anistia excluem o crédito tributário.
- IV. O crédito tributário não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta, que serão calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês, se a lei não dispuser de modo diverso.

De acordo com o Código Tributário Nacional, estão **corretas**:



- a) Apenas as assertivas III e IV.
- b) Todas as assertivas.
- c) Apenas as assertivas II, III e IV.
- d) Apenas as assertivas II e III.
- e) Apenas as assertivas I, III e IV.

**4ª Questão:** Sobre a Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário é **correto** afirmar:

I. Tanto a moratória, como o parcelamento, para serem atingidos, reclamam do sujeito passivo a obediência aos requisitos da lei que autorizou o benefício.

II. O depósito somente suspende a exigibilidade do crédito tributário se for integral e em dinheiro (Súmula 112, do STJ) e somente poderá ser levantado, ou convertido em renda, após o trânsito em julgado da sentença (Súmula 18, do TRF da 4ª Região).

III. As reclamações e os recursos administrativos são os modos pelos quais o contribuinte exterioriza seu inconformismo, sem correr o risco de vir a sofrer execução fiscal enquanto não julgadas definitivamente.

IV. A medida liminar em mandado de segurança afasta (suspende) o ato impugnado até o final julgamento, para evitar danos irreparáveis ou de difícil reparação.

- a) As proposições III e IV estão corretas
- b) Todas as proposições estão corretas
- c) Todas as proposições estão incorretas
- d) As proposições II e IV estão corretas
- e) Nenhuma das alternativas acima.

**5ª Questão:** A ação cautelar fiscal, instituída pela Lei nº 8.397/92, poderá ser requerida contra o sujeito passivo tributário, quando o devedor:

I. Sem domicílio certo, intenta ausentar-se ou alienar bens que possui ou deixa de pagar a obrigação no prazo fixado.



- II. Contrai ou tenta contrair dívidas que comprometam a liquidez do seu patrimônio.
- III. Possui débitos, inscritos ou não em Dívida Ativa, que somados ultrapassem 50% do seu patrimônio conhecido.
- IV. Caindo em insolvência, aliena ou tenta alienar bens.
- a) Todas as proposições estão incorretas.
- b) Só as proposições I, II e IV estão corretas.
- c) Só as proposições I e IV estão incorretas
- d) Só as proposições III e IV estão corretas.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

GABARITO:

01	02	03	04	05
B	D	A	B	B

## Prova – Junho de 2008

**1ª Questão:** Sobre a Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário, observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

- I. Tanto a moratória, como o parcelamento, para serem atingidos, reclamam do sujeito passivo a obediência aos requisitos da lei que autorizou o benefício.
- II. O depósito somente suspende a exigibilidade do crédito tributário se for integral e em dinheiro e somente poderá ser levantado, ou convertido em renda, após o trânsito em julgado da sentença.
- III. As reclamações e os recursos administrativos são os modos pelos quais o contribuinte exterioriza seu inconformismo, sem correr o risco de vir a sofrer execução fiscal enquanto não julgados definitivamente.
- IV. A medida liminar em mandado de segurança afasta (suspende) o ato impugnado até o final julgamento, para evitar danos irreparáveis ou de difícil reparação.



- a) Somente proposições III e IV estão corretas.
- b) Todas as proposições estão incorretas.
- c) Todas as proposições estão corretas.
- d) Somente a proposição I está correta.
- e) Somente proposições II e IV estão corretas.

**2ª Questão:** Sobre as Execuções Fiscais, observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

I. Não havendo outros bens passíveis de penhora, a jurisprudência tem admitido a penhora do faturamento de empresa executada, em percentual que não acarrete sua inviabilização e que varia de acordo com as características de cada empresa.

II. O rito da Lei n.º 6.830/80 também é aplicável nas execuções fiscais contra a Fazenda Pública, com a ressalva de que no caso não há necessidade de penhora para o oferecimento de embargos, em vista da impenhorabilidade dos bens públicos.

III. Todas as intimações ao representante da Fazenda Pública deverão ser feitas pessoalmente, sendo permitido sejam efetuadas mediante vista dos autos, com imediata remessa ao representante judicial, pelo cartório ou secretaria.

IV. A ação anulatória de ato declarativo da dívida, mesmo sem depósito, tem o condão de inibir a Fazenda Pública de promover a cobrança de crédito tributário.

- a) Somente a proposição II está correta.
- b) As proposições I, II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições III e IV estão incorretas.
- d) Somente as proposições I e IV estão corretas
- e) Todas as proposições estão incorretas.

**3ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) O fornecimento de concreto, por empreitada, para a construção civil, preparado no trajeto até a obra em betoneiras acopladas a caminhões, é prestação de serviços, sujeitando-se à incidência do Imposto Sobre Serviços (ISS).



- b) A jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça afirma que não é cabível a dedução, da base de cálculo do Imposto Sobre Serviços (ISS), do valor dos materiais empregados na prestação de serviços de concretagem da construção civil.
- c) O poder de isentar é ínsito ao poder de tributar; quem tem o poder de impor determinado tributo, tem o poder de estabelecer isenções.
- d) As imunidades fiscais, instituídas por razões de privilégio, ou de considerações de interesse geral, excluem a atuação do poder de tributar.
- e) As contribuições sociais não se submetem ao regime das normas gerais tributárias.

**4ª Questão:** Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

A ação cautelar fiscal, instituída pela Lei n.º 8.397/92, poderá ser requerida contra o sujeito passivo tributário, quando o devedor:

- I. Sem domicílio certo, intenta ausentar-se ou alienar bens que possui ou deixa de pagar a obrigação no prazo fixado.
  - II. Contrai ou tenta contrair dívidas que comprometam a liquidez do seu patrimônio.
  - III. Possui débitos, inscritos ou não em Dívida Ativa, que somados ultrapassem 25% (vinte e cinco por cento) do seu patrimônio conhecido.
  - IV. Caindo em insolvência, aliena ou tenta alienar bens.
- a) Somente as proposições I e IV estão incorretas
  - b) Somente as proposições III e IV estão corretas.
  - c) Todas as proposições estão incorretas.
  - d) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
  - e) Todas as proposições estão corretas.

**5ª Questão:** A respeito da exceção de pré-executividade na execução fiscal, assinale a alternativa **correta**:

- a) A falta de notificação relativamente a tributos com lançamento por homologação em



exceção de pré-executividade dever ser reconhecida se alegada.

- b) A extinção da execução pelo julgamento da exceção de pré-executividade, que é incidente, não permite a imposição de honorários de pré-executividade.
- c) A exceção de pré-executividade não admite discussão de matéria de fato ou que demande prova, nem mesmo aquela pré-constituída, apenas tolerando matérias de direito.
- d) É incabível a alegação, por exceção de pré-executividade, de ilegitimidade de parte para a execução fiscal em que haja redirecionamento ao sócio-gerente, independentemente da necessidade de produção de provas.
- e) É possível a alegação de inconstitucionalidade de lei como fundamento de exceção de pré-executividade.

**GABARITO:**

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>
C	B	E	D	E

Prova – Maio de 2009

**1ª Questão: Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) O serviço de limpeza de logradouros públicos efetivamente prestado pelo Município pode ser remunerado por taxa.
- b) Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente poderá aplicar a



equidade,

desde que não resulte na dispensa do pagamento de tributo devido.

c) São normas complementares das leis, dos tratados, das convenções internacionais e dos

decretos as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas.

d) As taxas de serviço são tributos vinculados a uma atuação estatal específica e dirigida a

contribuinte e podem ser cobradas independentemente do uso efetivo do serviço público pelo contribuinte.

e) Tratando-se de ato não definitivamente julgado, aplica-se a lei que comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.

**2ª Questão: Assinale a alternativa INCORRETA:**

a) Segundo orientação dominante do STF, o imóvel de instituições educacionais permanece

imune ao IPTU, ainda que alugado a terceiros, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado

nas atividades essenciais dessas entidades.

b) Pertencem aos Municípios cinquenta por cento do produto da arrecadação do IPVA de

veículos automotores licenciados em seus territórios.

c) Compete à lei complementar definir as alíquotas mínimas e máximas do ISS.

d) A Constituição Federal garante imunidade de impostos sobre renda, patrimônio e serviços

nas operações com jornais, livros, periódicos e o papel destinado à sua impressão.

e) A lei que aumenta a base de cálculo do IPTU e IPVA não se submete ao princípio da anterioridade nonagesimal.

**3ª Questão: Assinale a alternativa INCORRETA:**



- a) A pessoa jurídica que adquirir estabelecimento comercial e continuar a exploração da mesma atividade responde pelos tributos relativos ao estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato da alienação, salvo no caso de alienação judicial de filial ou unidade produtiva isolada, em processo de recuperação judicial.
- b) O inventariante possui responsabilidade pelos tributos devidos pelo espólio quando agir com culpa ou dolo.
- c) A solidariedade em direito tributário se aplica no caso de pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal.
- d) Segundo orientação dominante do STF, o prazo para pagamento de tributo deve estar definido em lei no sentido formal.
- e) Segundo orientação dominante do STJ, o benefício da denúncia espontânea não se aplica a tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.

**4ª Questão: Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) As isenções tributárias não podem ser revogadas quando concedidas por prazo certo e em função de determinadas condições.
- b) Em caso de lançamento cancelado por vício formal, o prazo para a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após cinco anos contados da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado o lançamento anteriormente efetuado.
- c) O prazo prescricional da execução fiscal se interrompe pelo despacho do juiz que ordenar a



citação.

- d) Segundo orientação dominante do STJ, é dispensável o lançamento pela autoridade fazendária quando o contribuinte declara o tributo e não o paga no prazo estabelecido.
- e) O prazo prescricional da execução fiscal inicia-se com a inscrição em dívida ativa do crédito tributário.

**5ª Questão: Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Compete ao Senado Federal fixar as alíquotas mínimas do IPVA.
- b) Segundo a orientação dominante do STJ, é indevida a cobrança de imposto de renda sobre as indenizações pagas a título de danos emergentes.
- c) O empréstimo compulsório, instituído no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, deve observar o princípio da anterioridade.
- d) Compete ao Senado Federal fixar as alíquotas máximas do ITCMD.
- e) A União poderá instituir, mediante lei complementar, impostos extraordinários na iminência ou no caso de guerra externa.

**6ª Questão: Assinale a alternativa correta:**

- a) Configura-se *bis in idem* a cobrança do IPI na importação de produtos industrializados.
- b) O ITR será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.
- c) O ITCMD, tributo de competência dos Estados e Distrito Federal, não incide na cessão



gratuita de usufruto.

d) O ITBI, tributo de competência dos Municípios e Distrito Federal, não incide na cessão

onerosa de direitos à aquisição de imóvel.

e) O princípio constitucional da progressividade do IPTU admite alíquotas progressivas em

razão do valor do imóvel, metragem, uso e localização e função social da propriedade.

**7ª Questão: Assinale a alternativa INCORRETA:**

a) Nos embargos à execução fiscal não será admitida reconvenção, nem compensação, e as

exceções, salvo as de suspeição, incompetência e impedimento, serão arguidas como matéria preliminar e serão processadas e julgadas com os embargos.

b) Conforme o Código Tributário Nacional, a lei pode autorizar a autoridade administrativa a

conceder, por despacho fundamentado, perdão total ou parcial do crédito tributário, atendendo à situação econômica do sujeito passivo.

c) É vedada a substituição ou emenda da Certidão de Dívida Ativa após a propositura da execução fiscal.

d) É cabível a propositura de ação anulatória de débito fiscal quando já iniciada a execução

fiscal e ainda não foi realizada a garantia do juízo da execução.

e) Segundo orientação dominante do STF, o ISS não incide na locação de bens móveis.

**GABARITO:**

01	02	03	04	05	06	07
A	D	D	E	E	B	C



## **PROVA DE 2010**

**79ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

- a) A Fazenda Pública, na execução fiscal, poderá substituir a Certidão da Dívida Ativa até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material e formal, vedada a modificação do sujeito passivo da execução.
- b) A Fazenda Pública, ajuizada a execução fiscal, só poderá substituir a Certidão da Dívida Ativa até a citação do devedor.
- c) A Fazenda Pública, na execução fiscal, só poderá substituir a Certidão da Dívida Ativa até a prolação da sentença de embargos, em qualquer hipótese.
- d) A Fazenda Pública, na execução fiscal, só poderá substituir a Certidão da Dívida Ativa para a correção de erro material e formal, podendo modificar o sujeito passivo da execução.
- e) A Fazenda Pública, na execução fiscal, poderá substituir a Certidão da Dívida Ativa, mesmo após a sentença de embargos, enquanto não transitar em julgado e modificar o sujeito passivo da execução.

**80ª Questão:** Dentre as afirmações abaixo, qual está de acordo com a teoria da recepção das normas gerais contidas no Código Tributário Nacional:

- a) O Código Tributário Nacional continua apenas com força de lei ordinária.
- b) O Código Tributário Nacional continua sendo lei ordinária, mas com força de lei complementar.
- c) O Código Tributário Nacional foi recebido como lei complementar, mas é revogável por lei ordinária.
- d) A força de lei complementar do Código Tributário Nacional só se restringe aos



conflitos de competência entre a União e os Estados.

e) O Código Tributário Nacional é lei complementar em sentido formal, mas lei ordinária em sentido material.

**81ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

a) A compensação de créditos tributários poderá ser deferida em ação cautelar ou medida cautelar antecipada.

b) A compensação de créditos tributários não poderá ser deferida em ação cautelar ou por medida liminar cautelar ou antecipatória.

c) A compensação de créditos tributários só poderá ser deferida em medida cautelar antecipada.

d) O mandado de segurança não constitui ação adequada para a declaração de direito à compensação tributária.

e) O direito à compensação tributária depende de prévio processo administrativo para ser apreciada judicialmente.

**82ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

a) Através de medida provisória pode a União majorar quaisquer tributos:

b) Pode ser editada medida provisória pela União destinada a instituir tributos não previstos na Constituição da República.

c) A medida provisória pode implicar na instituição ou majoração de impostos se for convertida em lei no prazo de 90 dias.

d) A medida provisória editada pela União poderá implicar na instituição ou aumento de impostos, exceto o imposto de importação de produtos estrangeiros, imposto sobre produtos industrializados, imposto de importação para o exterior de produtos nacionais, imposto extraordinário e imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros, só produzindo efeitos no exercício financeiro seguinte, se convertida em lei até o último dia daquele em que for editada.



e) A medida provisória editada pelos Estados e Distrito Federal poderá instituir ou aumentar impostos estaduais, distritais ou municipais.

**83ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

a) A União não pode fixar as alíquotas máximas do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

b) A União pode, por lei complementar, instituir um regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para as microempresas e empresas de pequeno porte.

c) A União pode instituir isenções sobre tributos da competência dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

d) A União pode instituir isenções de impostos de sua competência tributária e de contribuições sociais dos Estados, Municípios e Distrito Federal.

e) À União é proibida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões porque lhe é vedado instituir tributos que não sejam uniformes em todo o território nacional.

**84ª Questão:** Nos termos do Código Tributário Nacional, considera-se constituído o crédito tributário:

a) Com a ocorrência do fato gerador.

b) Com a notificação por escrito do contribuinte da ocorrência do fato gerador.

c) Independentemente de homologação, com o lançamento do crédito tributário efetuado pelo contribuinte.

d) Com o recolhimento antecipado do tributo.

e) Com a ocorrência do lançamento do crédito tributário efetuado pela autoridade administrativa.

**85ª Questão:** Nas operações interestaduais entre contribuintes do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte



Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS):

- a) O destinatário deve se debitar da alíquota interestadual.
- b) O destinatário deve se creditar da alíquota interestadual e se debitar da alíquota interna.
- c) O remetente está isento do imposto.
- d) O imposto é deferido para o destinatário da mercadoria ou serviço.
- e) O remetente deve aplicar a alíquota interna.

GABARITO:

79	80	81	82	83	84	85
A	B	B	D	B	E	B

## PROVA DE 2013

### DIREITO TRIBUTÁRIO

**79ª Questão:** Sobre os princípios gerais do Sistema Tributário Nacional, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir taxas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, e de obras públicas, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.

II. Os impostos sempre terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

III. Cabe à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, inclusive sobre o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.

IV. As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, de competência exclusiva da União, não poderão incidir sobre as receitas decorrentes de exportação e sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível.



- a) Todas as proposições estão incorretas.
- b) Somente as proposições I, II e IV estão incorretas.
- c) Somente as proposições I, II e III estão incorretas.
- d) Somente as proposições II e IV estão incorretas.
- e) Somente as proposições I e III estão incorretas.

**80ª Questão:** Acerca das limitações do poder de tributar, observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
- b) É vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País.
- c) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, relacionados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
- d) Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g.
- e) É vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.

**81ª Questão:** Sobre os impostos dos Estados e do Distrito Federal é correto afirmar:

- I. O imposto incidente na transmissão causa mortis e doação, relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.
- II. O imposto relativo à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.
- III. A isenção ou não-incidência do ICMS, salvo determinação em contrário da legislação, não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes e nem carretará a anulação do crédito relativo às



operações anteriores.

IV. É facultado ao Senado Federal fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.
- e) Somente as proposições II e IV estão corretas.

**82ª Questão:** Assinale a alternativa correta:

- a) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, ainda que constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- b) Na iminência ou no caso de calamidade pública ou guerra externa, a União pode instituir, temporariamente, impostos extraordinários compreendidos ou não entre os referidos no Código Tributário Nacional, suprimidos, gradativamente, no prazo máximo de cinco anos, contados da celebração da paz.
- c) No que diz respeito às taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, consideram-se serviços públicos utilizados pelo contribuinte aqueles que possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de unidade, ou de necessidades públicas.
- d) Para efeito de instituição e cobrança de taxas, consideram-se compreendidas no âmbito das atribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, aquelas que, segundo a Constituição Federal, as Constituições dos Estados, as Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios e a legislação com elas compatível, competem a cada uma dessas pessoas de direito público.
- e) A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o valor venal de cada imóvel beneficiado.

**83ª Questão:** Sobre as normas gerais de Direito Tributário, avalie as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

- I. A observância das normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos não exclui a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.
- II. Salvo disposição em contrário, os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas entram em vigor 30 (trinta) dias após a data da sua publicação.
- III. A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes, assim entendidos aqueles cuja ocorrência tenha tido início mas não esteja completa e desde que seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.
- IV. Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou



exclusão do crédito tributário, outorga de isenção e dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

- a) Somente as proposições I e III estão incorretas.
- b) Somente as proposições I, II e III estão incorretas.
- c) Somente as proposições I, III e IV estão incorretas.
- d) Somente as proposições II, III e IV estão incorretas.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

**84ª Questão:** Observadas as alternativas abaixo, assinale a **INCORRETA**:

- a) São solidariamente obrigadas as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal e as pessoas expressamente designadas por lei.
- b) Salvo disposição de lei em contrário, um dos efeitos da solidariedade é que a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo.
- c) A autoridade administrativa pode recusar o domicílio tributário eleito pelo contribuinte ou responsável quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, hipótese em que considerar-se-á como domicílio tributário o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.
- d) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.
- e) A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato, subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de doze meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

**85ª Questão:** Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa correta:

- I. Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.
- II. A Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa (CDA) até a citação do executado, quando se tratar de correção de erro material ou formal, vedada a modificação do sujeito passivo da execução.
- III. A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória.
- IV. Em sede de embargos à execução, não é admissível compensar os valores de imposto de renda retidos indevidamente na fonte com os valores restituídos apurados na declaração anual.



- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I, II e III estão corretas. c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.
- e) Somente as proposições III e IV estão corretas.

**GABARITO**

<b>79 B</b>	<b>80</b> <b>Anulada</b>	<b>81 E</b>	<b>82 D</b>	<b>83 B</b>	<b>84 E</b>	<b>85 D</b>
-------------	-----------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

**PROVA DE 2015**

**78.** Rubens, agente do fisco de Santa Catarina, compareceu ao estabelecimento de Supermercado Rio Itajaí Ltda., localizado na cidade de Itajaí e, depois de identificar-se funcionalmente aos encarregados diretos da empresa presentes no local, intimou-os a franquear-lhe acesso às dependências internas do estabelecimento, com base no que dispõe o § 3o do art. 69 do Regulamento do ICMS de Santa Catarina, que assim dispõe:

“Art. 69 – .....

§ 3o – *Os agentes do fisco terão acesso às dependências internas do estabelecimento, mediante a apresentação de sua identidade funcional aos encarregados diretos presentes no local.*”

Os referidos encarregados da empresa, embora cientes de sua obrigação de dar acesso às dependências internas do estabelecimento ao agente do fisco, negaram-se a fazê-lo, mas de modo bastante cordial. Diante de tal situação, Rubens

- (A) não poderá requisitar auxílio de autoridade policial estadual, se não demonstrar que foi vítima de desacato no exercício de suas funções.
- (B) poderá requisitar auxílio de autoridade policial estadual, com a finalidade de auxiliá-lo na efetivação da referida medida prevista na legislação tributária.
- (C) nada poderá fazer, enquanto não for expedida ordem judicial expressa para que os encarregados da empresa cumpram a determinação contida no Regulamento do ICMS estadual.
- (D) só poderá requisitar auxílio de autoridade policial estadual, se demonstrar que a negativa dos encarregados da empresa configura fato definido em lei como crime.
- (E) deverá solicitar, necessariamente, a expedição de ordem judicial determinando à autoridade policial estadual que lhe preste auxílio no sentido de dar cumprimento ao disposto no Regulamento do ICMS estadual.

**79.** Klaus, viúvo, domiciliado em Blumenau/SC, faleceu em 2013 e deixou bens no valor de R\$ 1.800.000,00 a seus quatro filhos: Augusto, Maria, Marcos e Teresa. Augusto, domiciliado em Chapecó/SC, em pagamento de seu quinhão, recebeu o terreno localizado em Maringá/PR. Maria, domiciliada em Belo Horizonte/MG, renunciou a seu quinhão a favor de sua irmã, Teresa. Marcos, domiciliado em São Paulo/SP, em pagamento de seu quinhão, recebeu o montante depositado na conta corrente que Klaus mantinha em São Paulo e com o imóvel localizado à beira-mar, em Torres/RS. A Teresa, domiciliada em Campo Grande/MS, em pagamento de seu quinhão, couberam os bens móveis deixados pelo falecido. Marcos renunciou ao imóvel



localizado em Torres a favor de sua irmã, Teresa. O processo judicial de arrolamento dos bens deixados por Klaus correu em Blumenau/SC. Considerando as informações acima e a disciplina estabelecida na Constituição Federal acerca da sujeição ativa do ITCMD, compete ao Estado de

- (A) São Paulo o imposto sobre a renúncia de Marcus em relação ao terreno recebido, pois essa renúncia caracteriza doação e o doador está domiciliado em São Paulo.
- (B) Santa Catarina o imposto incidente sobre a transmissão *causa mortis* do terreno recebido por Augusto.
- (C) Santa Catarina o imposto incidente sobre a transmissão *causa mortis* de todos os bens deixados por falecimento de Klaus.
- (D) Mato Grosso do Sul, Estado de domicílio de Teresa, o imposto incidente sobre a transmissão *causa mortis* dos bens móveis recebidos por ela.
- (E) Minas Gerais o imposto incidente sobre a transmissão *inter vivos*, não onerosa, de bens móveis integrantes do quinhão recebido por Teresa, em razão da renúncia efetivada por Maria.

**80.** Lukas, domiciliado em cidade do interior catarinense, é proprietário de imóvel residencial, que valia, em 2012, R\$ 200.000,00. Em 2013, esse imóvel passou a valer R\$ 240.000,00, em razão da obra pública realizada pela Prefeitura Municipal, e que resultou na referida valorização. A Prefeitura Municipal instituiu, lançou e cobrou contribuição de melhoria dos contribuintes que, como Lukas, tiveram suas propriedades valorizadas. O mesmo Município catarinense, a seu turno, com base em lei municipal, lançou e cobrou, em 2013, a taxa decorrente da prestação de serviço público de recolhimento de lixo domiciliar, tendo como fato gerador o recolhimento do lixo produzido individualmente, nos imóveis residenciais localizados naquele Município. O Município catarinense lançou e cobrou essa taxa de Lukas, em relação ao mesmo imóvel acima referido. Neste ano de 2015, Lukas recebeu uma excelente oferta pelo seu imóvel e está pensando em vendê-lo. Ocorre, porém, que não pagou a contribuição de melhoria lançada pela municipalidade, nem a taxa lançada pelo Município. Em razão disso, com base nas regras de responsabilidade por sucessão estabelecidas no CTN,

- (A) tanto o crédito tributário relativo à contribuição de melhoria, como o relativo à taxa, se sub-rogarão na pessoa do adquirente, na proporção de 50% do valor lançado.
- (B) o crédito tributário relativo à contribuição de melhoria não se sub-rogará na pessoa do adquirente, mas o relativo à taxa sim, salvo se constar do título aquisitivo a sua quitação.
- (C) tanto o crédito tributário relativo à contribuição de melhoria, como o relativo à taxa, se sub-rogarão na pessoa do adquirente, salvo se constar do título aquisitivo a sua quitação.
- (D) nem o crédito tributário relativo à contribuição de melhoria, nem o relativo à taxa, se sub-rogará na pessoa do adquirente.
- (E) o crédito tributário relativo à contribuição de melhoria se sub-rogará na pessoa do adquirente, salvo se constar do título aquisitivo a sua quitação, mas o relativo à taxa não.



**81.** Por expressa determinação constitucional, pertencem aos Municípios 25% do produto da arrecadação do ICMS. É a chamada **quota-parte** municipal sobre o produto da arrecadação do ICMS. O Estado de Santa Catarina concedeu empréstimo a vários Municípios localizados em seu território, sob condição de que o valor emprestado fosse pago no prazo máximo de 24 meses. Findo o referido prazo, a maior parte dos Municípios manteve-se inadimplente. Como consequência dessa inadimplência, o Estado editou norma que condicionou a entrega da quota-parte municipal sobre o produto da arrecadação do ICMS ao pagamento dos referidos créditos vencidos e não pagos. Diante do condicionamento criado pelo Estado, os Municípios catarinenses entraram em juízo, pedindo a declaração de inconstitucionalidade da norma que implementou a referida condição, e alegaram, paralelamente, que deixaram de pagar os referidos empréstimos recebidos, como forma de protesto contra o governo estadual, que editara lei, segundo a qual, três quintos da quota-parte municipal sobre o produto da arrecadação do ICMS seriam creditados de acordo com aquela lei. Os Municípios devedores sentiram-se prejudicados pelos termos dessa nova lei. Com base nos fatos hipotéticos narrados acima e na disciplina da Constituição Federal acerca dessa questão, o Estado de Santa Catarina

(A) não poderia ter editado lei ordinária dispendo sobre a forma de creditamento de fração alguma da quota-parte municipal sobre o produto da arrecadação do ICMS, pois essa matéria é reservada à disciplina de lei complementar federal.

(B) não poderia ter editado norma que condicionasse a entrega de recursos provenientes da quota-parte municipal sobre o produto da arrecadação do ICMS, ao pagamento dos créditos de que era titular.

(C) poderia ter editado lei ordinária que dispusesse sobre a forma de creditamento da quota-parte municipal sobre o produto da arrecadação do ICMS, na proporção de até um quarto do valor da referida quota-parte.

(D) poderia ter editado lei ordinária que dispusesse sobre a forma de creditamento da quota-parte municipal sobre o produto da arrecadação do ICMS, na proporção de até metade do valor da referida quota-parte.

(E) não poderia ter editado norma visando reter os recursos provenientes da quota-parte municipal sobre o produto da arrecadação do ICMS, mas poderia tê-la editado para o fim de restringir emprego desses recursos a determinados fins.

**82.** Autoridades brasileiras constataram que as relações internacionais com determinado país vizinho começaram a se deteriorar velozmente, e todas as medidas diplomáticas ao alcance de nossas autoridades foram inúteis para reverter o quadro que apontava para a eclosão de guerra iminente. Em razão disso, o País teve de começar a tomar medidas defensivas, visando a aparelhar as forças armadas brasileiras de modo a que pudessem defender o território nacional e sua população. Os ministérios das áreas competentes constataram que seria necessário incrementar a arrecadação de tributos em, pelo menos, 20%, para fazer face às despesas extraordinárias que essa situação estava ocasionando. Com base na situação hipotética descrita e nas regras da Constituição Federal,

(A) a União poderá instituir, mediante lei, tanto empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de guerra externa ou sua iminência, como impostos extraordinários, sendo estes últimos apenas no caso de guerra externa



deflagrada.

(B) a União, não tendo despesas extraordinárias a atender, poderá instituir, na iminência de guerra externa, mediante lei complementar, empréstimo compulsório, que deverá ser cobrado, observados os princípios da anterioridade e da noventena (anterioridade nonagesimal).

(C) os Estados e os Municípios, por meio de lei, poderão instituir contribuições de beligerância, a serem lançadas e cobradas na fase pré-conflito, para custear as despesas necessárias à adaptação da infraestrutura urbana das cidades que fazem fronteira com a potência estrangeira hostil.

(D) a União, tendo ou não tendo despesas extraordinárias a atender, poderá instituir, na iminência de guerra externa, mediante lei, impostos extraordinários, dispensada a observância dos princípios da anterioridade e da noventena (anterioridade nonagesimal).

(E) a União, os Estados e os Municípios, na iminência de guerra externa, poderão, por meio de lei, instituir, respectivamente, adicionais do ITR, do IPVA e do IPTU sobre a propriedade de bens de estrangeiros residentes no Brasil, nacionais da potência estrangeira hostil.

**83.** Wagner, pequeno empresário, domiciliado na cidade de Mafra/SC, desejando ampliar seus negócios, pensou em transformar seu estabelecimento comercial em estabelecimento industrial. Sua preocupação era ter de pagar um imposto que até então lhe era desconhecido: o IPI. Para melhor conhecer esse imposto, conversou com alguns amigos que também eram proprietários de indústria e cada um deles lhe passou as informações que tinham sobre esse imposto. Disseram-lhe, por exemplo, que a competência para instituir esse imposto está prevista na Constituição Federal e que, de acordo com o texto constitucional, o IPI

I. é imposto não-cumulativo, compensando-se o que é devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores, pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.

II. tem seu impacto reduzido sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma estabelecida em Regulamento.

III. pode ter suas alíquotas interestaduais alteradas por meio de Resolução do Senado Federal.

IV. é imposto seletivo, em função da essencialidade do produto, mas não o é em função do porte do estabelecimento industrial que promove seu fato gerador.

Está correto o que se afirma em

(A) IV, apenas.

(B) I, apenas.

(C) I, II, III e IV.

(D) I e III, apenas.

(E) II e IV, apenas.

**84.** Um determinado contribuinte do ICMS emitiu dois documentos fiscais referentes a operações tributadas, indicando valores diferentes nas respectivas vias, deixando, com isso, de submeter essas operações, parcialmente, à incidência do imposto. O primeiro documento, referente à saída de mercadorias em operações internas, sujeitas à alíquota de 17%, indicava, em sua primeira via, um valor de operação equivalente a R\$



100.000,00, mas, na via fixa, destinada à escrituração, apuração e pagamento do imposto, registrou-se a importância de R\$ 10.000,00, como sendo o valor da operação. O segundo documento, também referente à saída de mercadorias em operações internas, sujeitas à alíquota de 17%, indicava, em sua primeira via, um valor de operação equivalente a R\$ 500.000,00, mas, na via fixa, destinada à escrituração, apuração e pagamento do imposto, registrou-se a importância de R\$ 50.000,00, como sendo o valor da operação. Em ambos os casos, a base de cálculo do ICMS era o próprio valor da operação. Foram lavradas duas notificações fiscais, uma para cada situação, por meio das quais se reclamou a diferença de imposto sonegado e a penalidade pecuniária, equivalente a 100% do imposto sonegado. O contribuinte optou por discutir os referidos lançamentos diretamente na esfera judicial. Os processos não tramitaram conjuntamente. O primeiro processo, referente à infração cometida em 2012, foi sentenciado em primeira instância, em março de 2014, enquanto que o segundo foi sentenciado em novembro de 2014. O referido Estado, por meio de lei ordinária publicada em junho de 2014, cujos efeitos se produziram de imediato, promoveu alteração na penalidade aplicável a esse tipo de infração, que passou a ser apenada com multa equivalente a 60% do valor da operação. Na data de publicação dessa lei, em nenhum dos dois processos havia decisão judicial transitada em julgado. Nenhuma das duas penalidades cominadas para essa infração foi considerada inconstitucional por qualquer motivo. Com base nos dados fornecidos e nas normas do Código Tributário Nacional acerca da aplicação da legislação tributária, a penalidade pecuniária prevista no novo texto legal

- (A) será aplicada, automaticamente, à segunda situação infracional, mas não à primeira.
- (B) não será aplicada a nenhuma das duas situações infracionais.
- (C) será aplicada, automaticamente, a ambas as situações infracionais.
- (D) será aplicada à primeira situação infracional, se o contribuinte tiver apresentado recurso, mas não se aplica à segunda situação infracional.
- (E) será aplicada, automaticamente, à primeira situação infracional, mas não à segunda.

<b>78 B</b>	<b>79 E</b>	<b>80 C</b>	<b>81 C</b>	<b>82 D</b>	<b>83 A</b>	<b>84 B</b>
-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------